

DVA COMO FERRAMENTA NA ANÁLISE DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA: UM ESTUDO DA VALE

RESUMO

Em função das constantes mudanças no cenário mundial, algumas empresas utilizam a responsabilidade de cuidar para que se realize não apenas os interesses dos acionistas, mas também dos demais *stakeholders*, como um diferencial para tentar vencer a concorrência. Neste contexto, a evidenciação deste compromisso, pode ser feita através da DVA, que ao contrário da DRE, busca evidenciar não apenas a geração de riqueza das empresas, mas a distribuição da mesma entre os agentes relacionados à sua criação. A promulgação da Lei 11.638/07 tornou a Demonstração do Valor Adicionado obrigatória para as companhias abertas. Sendo assim, o objetivo deste estudo é contribuir para a análise dos dados da DVA e, assim, verificar a capacidade de produção e distribuição de riqueza entre os *stakeholders* da VALE. Para tanto, foram analisadas as demonstrações desta empresa no período de 2004 a 2008. A pesquisa é de caráter exploratório, com abordagem quantitativa realizada por meio de um estudo de caso. Por meio da análise dos dados, verificou-se que, em média no período, 93,23% da riqueza agregada total da empresa foi proveniente de sua criação e 6,77% foi recebida por transferência de terceiros e que a empresa reinvestiu o maior percentual desta riqueza, 33,46%, em seu capital próprio.

Palavras-chave: Demonstração do valor adicionado. Riqueza. *Stakeholders*.

1 INTRODUÇÃO

Em resposta às constantes mudanças no cenário mundial, as empresas buscam continuamente novas estratégias com o intuito de desenvolver suas atividades com êxito em um ambiente complexo e altamente competitivo (COSENZA, 2003).

Para tanto, algumas empresas optam por assumir a responsabilidade de cuidar para que se concretize não apenas os interesses dos acionistas, mas de todos os demais *stakeholders*, como os colaboradores, funcionários, investidores, fornecedores e clientes, no intuito de utilizar este recurso, perante a sociedade, como um diferencial para tentar vencer a concorrência (WELTER et al, 2005).

Neste sentido, Kreitlon e Quintella (2001) afirmam que para os vários grupos de *stakeholders* já não basta que as empresas apenas assumam compromissos, pois eles almejam ter conhecimento de dados que sejam tangíveis, quantificáveis e verificáveis sobre o desempenho da organização em todas as áreas.

Diante disso, a informação contábil pode ser um fator determinante, não apenas para o conhecimento da situação patrimonial, financeira, e econômica das empresas, mas também do compromisso social estabelecido pelas mesmas (FIECAFI, 2003).

Para Evraert & Belkaoui (1998), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), tem a função de informar a riqueza criada pelas empresas, todavia, apenas sob a ótica do proprietário.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), por sua vez, segundo Neves e Viceconti (2002), fornece uma visão mais abrangente do que a DRE, uma vez que a empresa

demonstra à sociedade, não só o quanto contribui para a geração de riqueza no país, mas também como a riqueza agregada é distribuída entre os *stakeholders* relacionados à sua criação.

Segundo a Lei 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei 6.404/76, a DVA, antes considerada apenas uma demonstração complementar e facultativa, tornou-se obrigatória para as empresas de capital aberto.

Destarte, o presente trabalho procurou responder a seguinte questão: *Qual a capacidade de produção de riqueza da empresa VALE e como esta riqueza é distribuída pela mesma, no período de 2004 a 2008?* Sendo assim, o objetivo deste trabalho é contribuir para a análise dos dados da DVA e, assim, verificar a capacidade de produção e distribuição da riqueza agregada entre os *stakeholders* da VALE.

Este estudo tem caráter exploratório, com abordagem quantitativa realizada por meio de um estudo de caso.

Com relação à estruturação, o estudo foi dividido em cinco seções. Após esta introdução, a segunda seção aborda a origem e a conceituação do valor adicionado ou agregado, bem como o balanço social, a elaboração, a análise e a utilização da DVA. A terceira seção apresenta a metodologia da pesquisa e na quarta seção são abordados as análises e resultados. Na última seção são relatadas as considerações finais do estudo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Valor Adicionado

Cosenza (2003) afirma que as primeiras aplicações da informação do valor adicionado tiveram suas origens nos Estados Unidos da América, na década de vinte, quando o mesmo foi utilizado como base para cálculo dos sistemas de pagamento de incentivos governamentais.

Segundo Montoro Filho (1994, p. 27):

defini-se valor adicionado como o resultado da diferença entre o valor dos bens e serviços vendidos pela empresa, quaisquer que sejam, e o valor dos bens e serviços comprados pela empresa junto a outras empresas. Significa assim o acréscimo de valor que a empresa incorpora ao bem na cadeia produtiva.

De acordo com Gallizo (1990), o conceito de valor adicionado pode ser delimitado no âmbito de uma informação econômico-financeira de natureza histórica, que evidencia a circulação real do patrimônio e mostra o valor econômico que foi gerado por uma entidade durante certo período de tempo e, simultaneamente, como este valor foi distribuído entre aqueles que contribuíram para a sua criação.

Tinoco (2001, p. 64) complementa que:

uma das formas que ampliam a capacidade de se analisar o desempenho econômico e social das organizações, é através do valor econômico que é

agregado aos bens e serviços adquiridos de terceiros, valor este denominado de Valor Adicionado ou Valor Agregado (valor total da produção de bens e serviços de um determinado período, menos o custo dos recursos adquiridos de terceiros, necessários a esta produção), bem como a forma pela qual este está sendo distribuído entre os diferentes grupos sociais, que interagem com suas atividades.

Cosenza et al (2002) entendem que a informação do valor adicionado é importante, pois contribui para o auxílio a tradução da intervenção da entidade no processo econômico, permite a obtenção de informações sobre a geração e a distribuição de riqueza para a empresa e a sociedade onde ela está inserida, e também é importante no campo macroeconômico, como gerador de subsídios para medir, calcular e analisar a produção de riqueza de uma economia, em qualquer magnitude.

2.2 Balanço Social

O Balanço Social é uma demonstração que foi criada com o desígnio de tornar pública a responsabilidade social das empresas. Este demonstrativo tem como principal objetivo a divulgação de informações sobre o desempenho econômico e financeiro das companhias, bem como o retorno econômico e social em benefício da sociedade. Não obstante, é considerado um instrumento que fornece dados aos usuários da informação contábil, quanto à geração e distribuição de riqueza, à qualidade de vida nas organizações, à promoção humana dos funcionários e à postura das empresas em relação ao meio ambiente e à própria comunidade. (FIECAFI, 2003)

Segundo Tinoco, o Balanço Social (1984, p.108):

é um instrumento de gestão e de informação que visa reportar, da forma mais transparente possível, vale dizer, com evidenciação plena – *full disclosure* –, informações econômicas, financeiras e sociais do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários da informação.

Para Magnago e Bortolini (2005), o Balanço Social é um relatório que apresenta um conjunto de informações econômicas e sociais, com o objetivo de demonstrar os gastos e investimentos realizados em benefício dos empregados, da comunidade e do meio ambiente e informações sobre a formação e distribuição da riqueza gerada, portanto um instrumento de gestão estratégica.

Neste sentido, a DVA é um importante componente do Balanço Social, uma vez que auxilia a evidenciação do aspecto social e tem como principal objetivo apresentar o valor da riqueza gerada pela entidade e a forma que a empresa a distribui. (SANTOS, 2003)

2.3 Demonstração do Valor Adicionado

Conforme Neves e Viceconti (2002), a DVA surgiu tendo em vista que a DRE identifica apenas qual a parcela da riqueza criada que, efetivamente, permanece na empresa na forma de lucro, logo, não identifica as demais gerações de riqueza, bem como as demais demonstrações financeiras também não são capazes de identificar quanto de valor a entidade

está adicionando ou agregando às mercadorias ou insumos que adquire, nem o quanto e de que forma são distribuídos os valores adicionados ou agregados.

De Luca (1998) afirma que a DVA evidencia o quanto de valor uma empresa agrega aos insumos que adquire num determinado período, sendo que este valor é obtido, de forma geral, pela diferença entre as vendas ou produção e o total dos insumos adquiridos de terceiros.

Iudicibus et al (2000, p.31) afirmam que:

a Demonstração de Valor Adicionado objetiva evidenciar a contribuição social da empresa para o desenvolvimento econômico-social da região onde está instalada. Discrimina o que a empresa agrega de riqueza à economia local e, em seguida, a forma como distribui tal riqueza.

Martins, apud Rodrigues Junior (2003), defendem que:

a DVA é uma explanação de como a empresa criou riquezas (valor de suas vendas de bens e serviços deduzidos dos bens e serviços adquiridos de terceiros) e como a distribuiu entre: fornecedores de capital, recursos humanos e governo. Vê-se, então, à parte da riqueza criada que cabe aos primeiros na forma de financiadores (via juros e aluguéis), de sócios (via dividendos e lucros retidos) e de detentores de tecnologia (via royalties); aos de recursos humanos via seus salários, gratificações, honorários, participações nos resultados, etc. e, finalmente, ao governo via impostos, diretos e indiretos. Extraordinária forma de ver a função social da empresa, além de qual a sua parcela na criação da riqueza global do País, o PIB, em vez de só dar tanta ênfase à linha final da demonstração do resultado tradicional, de interesse exclusivo dos proprietários.

Neste sentido, Santos (2003) complementa que a DVA é a forma mais competente criada pela contabilidade, para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição, da riqueza de uma entidade.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) 3.7, que trata da Demonstração do Valor Adicionado, define a DVA como um demonstrativo contábil que visa evidenciar de uma forma clara e objetiva os dados e as informações sobre o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição da mesma em determinado período de tempo.

A apresentação da DVA é exigida por alguns países onde empresas internacionais desejam se instalar, pois dessa forma, o país que irá sediar a empresa poderá conhecer o retorno que ela dar-lhe-á por meio da previsão do valor adicionado que gerará. Para esses países, o importante não é o que a empresa irá importar, mas sim, o quanto ela vai gerar de riqueza, bem como sua distribuição. A DVA possibilita visualizar, de forma clara, a parte da riqueza que pertence aos sócios, aos terceiros que financiam a entidade, aos funcionários e ao governo (NEVES e VICECONTI, 2002).

Para tanto, a DVA é elaborada em duas partes: na primeira parte é apresentada a geração do valor adicionado e na segunda a distribuição deste valor. O modelo a seguir foi elaborado pela Universidade de São Paulo (USP), através da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuarias e Financeiras (FIPECAFI):

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
DESCRIÇÃO	R\$ MIL
1- RECEITAS	
1.1) Venda de mercadorias, produtos e serviços	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos- Reversão (Constituição)	
1.3) Não operacionais	
2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (Inclui ICMS e IPI)	
2.1) Matérias primas consumidas	
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros.	
2.4) Perda/ Recuperação de valores ativos	
3- VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	
4- RETENÇÕES	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão.	
5- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	
6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERENCIA	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	
6.2) Receitas Financeiras	
7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	
8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
8.1) Pessoal e encargos	
8.2) Impostos, taxas e contribuições.	
8.3) Juros e aluguéis	
8.4) Juros s/ capital próprio	
8.5) Lucros retidos/prejuízo do exercício	

Quadro 1: Modelo de Demonstração do Valor Adicionado
Fonte: FIPECAFI (2003, p. 453)

De acordo com a FIPECAFI (2003), o primeiro item apresentado no modelo, receitas, é composto pelo valor das vendas, antes da dedução do ICMS e IPI, pelo valor da reversão ou constituição da provisão para devedores duvidosos e pelos valores considerados fora das atividades principais da empresa, denominados não operacionais.

O segundo item, insumos adquiridos de terceiros, é composto por matérias-primas consumidas, por custos das mercadorias e serviços vendidos, por perda ou recuperação de valores ativos e por materiais, energia, serviços de terceiros e outros, além do ICMS e IPI incluídos no momento das compras.

O terceiro item, valor adicionado bruto, representa a diferença entre o primeiro e o segundo item. Já o quarto item, retenções, é composto pela depreciação, pela amortização e pela exaustão contabilizadas no período. O quinto item, por sua vez, representa o valor

adicionado líquido produzido pela entidade, que pode ser encontrado da diferença entre o terceiro e o quarto item.

O valor referente à soma do resultado da equivalência patrimonial com as receitas financeiras é denominado valor adicionado recebido em transferência. Este valor ao ser somado ao valor adicionado líquido produzido pela entidade, resulta no valor adicionado total a distribuir, sendo que esta distribuição é evidenciada no oitavo item.

Para Gallizo (1990), a distribuição aos empregados é uma das mais importantes entre os diversos grupos que participam do valor adicionado. A participação dos trabalhadores no valor adicionado compreende todos os gastos efetuados com pessoal, em contrapartida ao trabalho realizado no período. Assim, deve conter os pagamentos feitos diretamente aos empregados, como, por exemplo, os salários, as contribuições de seguridade ou sociais, e quaisquer outras vantagens oferecidas por conta de participar na atividade produtiva da companhia.

Cosenza (2003) afirma que apesar de não ser considerado um dos fatores diretos de produção, o governo também participa na criação de riqueza para a entidade, pois apóia suas atividades produtivas através de investimentos em infra-estrutura, incentivos fiscais e subvenções. Os impostos pagos ou devidos pela companhia representam, na riqueza gerada, a remuneração do Estado por seu apoio para que a empresa tenha condições de realizar suas atividades em seu ambiente.

Ainda segundo Cosenza, a distribuição de riqueza aos acionistas evidencia a parcela do lucro destinada àqueles que aplicaram os recursos próprios, reembolsados sob a forma de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, por conta das capitalizações realizadas na empresa.

2.4 Utilização da DVA

As informações predominantes na DVA servem como base para a efetivação de análises contábeis que possam identificar a relação da entidade tanto com os agentes internos, como os empregados, administradores, proprietários e acionistas, quanto com os agentes externos, representados pelo governo, sindicatos, financiadores e credores, por exemplo.

Kroetz e Cosenza (2004) afirmam que para os empregados e sindicatos, a DVA serve de base para negociações salariais, para comparações entre entidades do mesmo segmento e para estudos do comportamento evolutivo da remuneração ao longo do tempo. Para os governos e instituições, a demonstração possibilita que estes possam efetuar estudos comparativos da carga tributária por setores ou atividades, avaliando quais as categorias que mais contribuem para a formação da receita tributária, resultando disto, reformulações legais como a constituição de impostos seletivos e como o redimensionamento de tributos por regiões. E para os financiadores e credores, a DVA comunica a saúde econômica da entidade e a sua evolução na geração da riqueza.

Os autores ainda complementam que para os acionistas e proprietários, a DVA apresenta a parcela que lhes coube em determinado período, possibilitando que os mesmos efetuem análises do investimento objetivando a continuação da aplicação ou o seu redimensionamento. Para os administradores, a demonstração serve como instrumento de apoio ao planejamento estratégico, à decisão e ao controle, além de apresentar a parcela que lhes cabe à título de remuneração, e para a sociedade, possibilita que a mesma possa comprovar a representatividade das práticas de responsabilidade social das entidades, como também avaliar a geração da riqueza e sua estrutura de distribuição.

Sendo assim, é possível afirmar que a DVA é um importante instrumento de gerenciamento e planejamento, e também de controle social, uma vez que sua apresentação revela dados significativos quanto à atividade das entidades e seus conseqüentes impactos considerando-se o papel social desempenhado pelas empresas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa utilizada é de caráter exploratório, já que há pouco conhecimento sobre o assunto estudado. De acordo com Beuren (2004, p. 80) com o estudo exploratório “busca-se conhecer o assunto com maior profundidade de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa”.

Com base nos procedimentos técnicos utilizados, esta pesquisa é do tipo estudo de caso. De acordo com Gil (1999, p. 73) “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo”.

Quanto à forma de abordagem do problema, esta é uma pesquisa quantitativa. Segundo Beuren (2004, p. 92) “esta abordagem caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estáticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados.

Segundo Neves e Viceconti (2002, p. 437), a análise consiste no “método de preparação de dados estatísticos, visando a sua interpretação”, ou seja, é uma forma de estudar as demonstrações de maneira que se possam interpretar os dados apresentados, procurando decompor os demonstrativos para que se tenham informações mais analíticas.

Segundo Matarazzo (1998, p. 153), “índice é a relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa”.

Sendo assim, para a análise dos dados extraídos da DVA da VALE e para o alcance dos objetivos específicos da pesquisa, serão utilizados alguns indicadores criados a partir do modelo da demonstração elaborado pela FIPECAFI. (QUADRO 2).

INDICADOR	FÓRMULA	CONCEITO
Percentual de Vendas no valor da Receita Total.	$PVRT = \frac{VENDAS}{RECEITAS} \times 100$	Este indicador serve para medir o percentual de participação das Vendas no valor da Receita total da empresa.
Percentual da Constituição ou Reversão da Provisão para Devedores Duvidosos no valor da Receita Total.	$PPDDRT = \frac{CPDD}{RECEITAS} \times 100$	Este indicador serve para medir o percentual de participação da Constituição ou Reversão da Provisão para Devedores Duvidosos no valor total da Receita da empresa.
Percentual de Receitas Não Operacionais no valor da Receita Total.	$PNORT = \frac{RNO}{RECEITAS} \times 100$	Este indicador serve para medir o percentual de participação das Receitas Não Operacionais no valor da Receita Total.

Grau de Valor Adicionado Bruto em relação à Receita.	$GVAR = \frac{VAB}{RECEITAS} \times 100$	Este indicador serve para medir o quanto da Receita Total a empresa consegue agregar como Valor Adicionado Bruto.
Grau de Produção de Riqueza Própria.	$GPRP = \frac{VALPE}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para medir o quanto do Valor Adicionado Total a Distribuir é proveniente da produção da empresa.
Grau de Recebimento de Riqueza por Transferência.	$GRRT = \frac{VART}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para medir o quanto do Valor Adicionado Total a Distribuir é proveniente de recebimento de terceiros.
Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Empregados.	$PDVAE = \frac{DVAE}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para avaliar o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir que foi destinado aos empregados.
Percentual de Distribuição do Valor Adicionado ao Governo.	$PDVAG = \frac{DVAG}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para avaliar o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir que foi destinado ao Governo.
Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Acionistas.	$PDVAA = \frac{DVAA}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para avaliar o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir que foi destinado aos Acionistas.
Percentual de Distribuição do Valor Adicionado as Instituições Financeiras.	$PDVAIF = \frac{DVAIF}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para avaliar o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir que foi destinado as Instituições Financeiras.
Percentual de Retenção do Valor Adicionado.	$PRVA = \frac{LR}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para medir o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir que foi retido pela empresa.

Quadro 2: Indicadores para análise da DVA
Fonte: Elaboração Própria

3.1 VALE

A Vale foi criada, pelo governo brasileiro, em 1942 e denominada Companhia Vale do Rio Doce. Em 1997 tornou-se uma empresa privada e atualmente é uma empresa global sediada no Brasil, com atuação nos cinco continentes, que transforma recursos minerais em riqueza e desenvolvimento sustentável.

A Vale produz e comercializa minério de ferro, pelotas, níquel, concentrado de cobre, carvão, bauxita, alumina, alumínio, potássio, caulim, entre outros. Além disso, atua como uma

operadora logística e prioriza projetos de geração de energia voltados para o autoconsumo, de forma a garantir a competitividade.

Entre 2005 e 2007, a empresa concluiu grandes projetos, realizou aquisições bem-sucedidas e obteve ganhos de produtividade que aumentaram sua produção total a uma taxa média anual de 9,3%. Além disso, incluiu em seu portfólio minérios como cobre, níquel, carvão metalúrgico e térmico, cobalto e metais do grupo da platina.

Em 2007, empresa consolidou-se e passou a ter um só nome, Vale. Além disso, realizou investimentos em mais de dez países, totalizando US\$ 7,6 bilhões, 58,1% mais que em 2006.

4 ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA VALE

No que diz respeito ao Grau de Produção de Riqueza Própria (GPRP), que indica o percentual de riqueza agregada total que foi produzida pela VALE, em todo o período analisado os índices foram superiores a 82,06%, sendo que este menor percentual ocorreu em 2008, e o grau de capacidade de produção de riqueza maior ocorreu em 2005, quando o percentual atingiu 98,67%. (QUADRO 3).

Índices					
Período	2004	2005	2006	2007	2008
Grau de Produção de Riqueza Própria	92,63	98,67	98,04	94,75	82,06
Grau de Riqueza Recebida em Transferência	7,37	1,33	1,96	5,25	17,94
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 3- Índices do Grau de Produção de Riqueza e do Grau de Riqueza Recebida por Transferência
Fonte: Elaboração Própria

Quanto ao Grau de Recebimento de Riqueza por Transferência (GRRT), que representa o percentual da riqueza total agregada que foi proveniente de terceiros, ao inverso do GPRP, o maior índice ocorreu no ano de 2008, correspondendo a 17,94% da riqueza agregada total, referentes à receita financeira, a receitas de equivalência patrimonial, a receita de aluguéis e de amortização e ágios, e o menor índice ocorreu em 2005, quando o percentual equiparou-se a 1,33%.

Em média, no período analisado, apenas 6,77% da Riqueza agregada total da VALE foi recebida por transferência, o que indica que 93,23% da Riqueza agregada foi proveniente da criação da empresa.

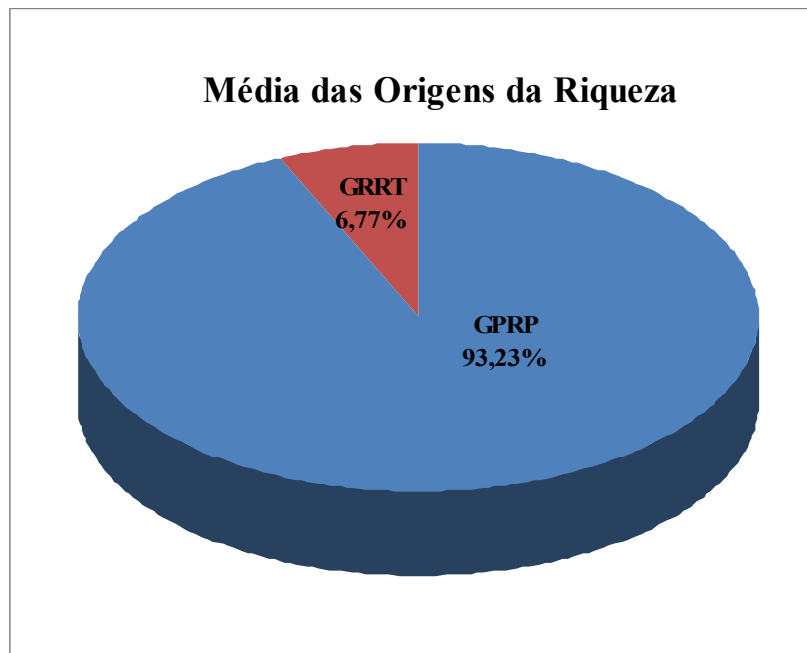


Gráfico 1: Média das Origens da Riqueza
Elaboração própria

No que tange à distribuição da riqueza agregada entre os *stakeholders* que estão relacionados à sua criação, em 2004 o Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Empregados (PDVAE) foi de 13,18%, sendo o maior percentual de participação na distribuição de riqueza no período. Em contrapartida, em 2005, a distribuição para os mesmos foi de 10,09%, correspondendo ao seu menor percentual do período. (QUADRO 4).

Índices					
Períodos	2004	2005	2006	2007	2008
Empregados (PDVAE)	13,18	10,09	12,91	12,49	11,75
Governo (PDVAG)	20,01	24,17	22,19	24,07	7,71
Inst. Financeiras (PDVAIF)	16,45	4,23	8,23	9,83	29,96
Acionistas (PDVAA)	27,78	29,99	16,87	16,64	14,14
Lucros (PRVA)	22,58	31,52	39,81	36,97	36,43
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 4- Índices de distribuição do Valor Adicionado da VALE
Fonte: Elaboração Própria

No ano de 2005, o Percentual de Distribuição do Valor Adicionado ao Governo (PDVAG) da VALE, que representa a percentagem da riqueza agregada total que foi recebida pelo governo, foi de 24,17%, o que equivale ao maior percentual de participação deste *stakeholder* no período analisado. Já em 2008, o governo se remunerou de 7,71% do valor adicionado da empresa, representando o menor percentual no período. Quanto ao Percentual de Distribuição do Valor Adicionado as Instituições Financeiras (PDVAIF), que indica o quanto da riqueza que foi destinada para as instituições, houve maior percentual no ano de 2008, com o recebimento de 29,96% da riqueza agregada da VALE e menor percentual em 2005, com participação de 4,23% no valor total agregado.

O Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Acionistas (PDVAA), que indica a percentagem da riqueza que foi destinado aos acionistas, foi menor no ano de 2008, e maior no ano 2005, cujo percentual foi 29,99%. No que diz respeito ao Percentual de

Retenção do Valor Adicionado (PRVA), em 2006 a VALE, reteve o maior percentual, correspondendo a 39,81% do valor adicionado, e em 2004 a empresa reteve menos lucros, acumulando um percentual de 22,58%.

Em média, percebe-se que, no período analisado, 19,64% de riqueza agregada da VALE foram destinados ao governo, que 13,74% foram consumidos em pagamentos de despesas financeiras e aluguéis, e 33,46% foram destinados ao Patrimônio Líquido, como Lucros acumulados. (Gráfico 2).

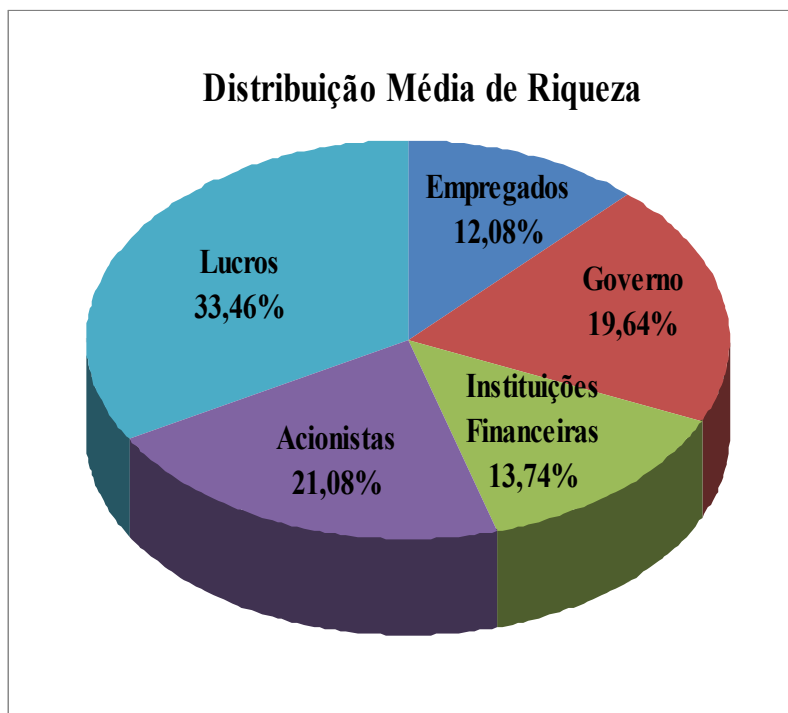


Gráfico 2: Distribuição Média de Riqueza
Elaboração Própria

Com relação aos empregados, a VALE destinou 12,08% de sua riqueza, e remunerou os acionistas, através dos dividendos e juros sobre capital próprio, com o percentual remanescente, que corresponde a 21,08% de seu valor agregado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um mercado cada mais vez mais complexo e competitivo, algumas empresas optam por assumir a responsabilidade de cuidar para que se realize não apenas os interesses dos acionistas, como também dos demais *stakeholders*, como um diferencial para tentar vencer a concorrência.

Neste sentido, a inclusão da obrigatoriedade da elaboração da Demonstração do Valor Adicionado pelas companhias abertas, através da promulgação da Lei 11.638/07, contribuiu para a evidenciação deste compromisso, uma vez que a DVA demonstra não apenas o quanto de riqueza a empresa agregou no período, mas também como esta riqueza foi distribuída entre os agentes econômicos, *stakeholders*, relacionados à sua criação.

Esta pesquisa almejou contribuir para a análise dos dados da Demonstração do Valor Adicionado e, assim, analisar a produção e a distribuição de riqueza entre os *stakeholders* da VALE. Por meio dos dados obtidos verificou-se que, quanto às fontes de riquezas, a capacidade de gerar riqueza é da própria empresa, sendo que 93,23% da riqueza agregada é produzida na VALE e, apenas, 6,77 % é recebida de transferências.

Quanto à distribuição da riqueza, constatou-se que a maior parte da riqueza agregada total da empresa foi reinvestida na empresa, com uma média nos cinco anos de 33,46%. Além disso, 13,74% da riqueza foi destinado às Instituições Financeiras e 19,64% ao governo. E por fim, a VALE distribuiu 21,08% aos acionistas e o menor percentual, 12,08% de sua riqueza, para os empregados.

Diante do exposto, percebe-se que a análise da Demonstração de Valor Adicionado é relevante para os usuários interessados, uma vez que assim, pode-se ter uma visão mais clara de como é originada a riqueza da VALE e de como a empresa direciona esta riqueza aos seus diversos *stakeholders*.

Como proposta final, ratifica-se a necessidade de se prosseguir pesquisando a DVA, estendendo-se a abrangência do estudo a outros segmentos ou grupos. Também se ressalta a importância de se normatizar a metodologia de elaboração, apresentação e análise desta demonstração, uniformizando e clarificando, assim, este processo, no intuito de ampliar o nível de confiabilidade e comparabilidade da DVA.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: 2004.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em 23 de junho 2009.

COSENZA, J.P.; GALLIZO, J.L.; JIMENEZ, F. **A participação dos agentes econômicos no valor adicionado: estudo empírico na indústria siderúrgica brasileira no período 1996/2000**, Contabilidade Vista & Revista, v. 13, n. 2, p. 37-65, .2002.

COSENZA, J. P. **A Eficácia Informativa da Demonstração do Valor Adicionado**. Revista Contabilidade & Finanças, Ano 14, Edição Comemorativa. 2003

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

EVRAERT, Serge; RIAHI-BELKAOU, Ahmed. Usefulness of *Value Added Reporting: a review and synthesis of the literature*. **Managerial Finance**, v. 24, n. 11, 1998, p. 1-15.

FIPECAFI, **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas: 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KROETZ, César Eduardo S.; COSENZA, José Paulo. **Considerações sobre a Eficácia do Valor Adicionado para a Mensuração do Resultado Econômico e Social**. IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Gramado. Anais. 2003

KREITLON, M. P. and Quintella, R. H. **Práticas de *Accountability* Ética e Social: As Estratégias de Legitimação de Empresas Brasileiras nas Relações com *Stakeholders***. Anais do 25º Enanpad. Campinas. 2001. CD-ROM.

MAGNAGO, Kersbyenne Marques; BORTOLINI, Tatiana Barcelos. **Balço social: uma Análise do Modelo Adotado pela Aracruz Celulose S/A de 1997 à 2003**. Monografia de graduação. Espírito Santo: UFES, 2005.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MONTORO FILHO, André Franco. **Contabilidade Social: uma introdução a macroeconomia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

NEVES, Silvério das, VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade Avançada e análise das Demonstrações Financeiras**. 11. ed. São Paulo: Frase Editora, 2002.

RODRIGUES JUNIOR, Manuel Salgueiro. **A DVA como instrumento de mensuração da relação custo benefício na concessão de incentivos fiscais: um estudo de caso**. Dissertação de Mestrado. USP, 2003.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do Valor Adicionado: - Como elaborar e analisar a DVA**. São Paulo: Atlas, 2003.

TINOCO, J.E.P. 2001. **Balço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo, Atlas, 243 p.

VALE. Disponível em <<http://www.vale.com.br>>. Acesso em 23 de junho 2009.